

# **ECONOMIA SOLIDÁRIA: embates teóricos e políticos**

## **SOLIDARITY ECONOMY: theoretical and political clashes**

**Agripino Souza Coelho Neto**

Doutor em Geografia (UFF)  
Professor da Universidade do Estado da Bahia  
agscneto@uneb.br

### **Resumo**

A economia solidária adquiriu incontestada importância no Brasil nessa primeira década do século XXI que o governo federal chegou a criar uma secretaria com esta rubrica para implantar políticas de fomento às ações de economia solidária. No entanto, no meio acadêmico, o conceito está longe de apresentar uma posição consensual, suscitando debates calorosos e controversos. Verifica-se, de um lado, um conjunto de discursos em favor da economia solidária, concebendo-a como uma alternativa ao capitalismo. Por outro lado, há uma contundente crítica à ideia de economia solidária, interpretando suas experiências como uma nova estratégia de operação no âmbito do sistema capitalista em sua fase de acumulação flexível. Este artigo segue a trilha dessas discussões, buscando elucidar seu conteúdo, suas convergências, suas divergências e suas controvérsias.

**Palavras-chave:** Economia solidária. Organizações sociais. Associação. Cooperativismo. Capitalismo.

### **Abstract**

The solidarity economy acquired such an uncontested importance in Brazil in this first decade of 21<sup>st</sup> century that the federal government created a secretariat to this heading to implement policies to support the actions of solidarity economy. However, in academic field, the concept is far from present a consensus position, raising warm and controversial debates. There is on the one hand, a set of speeches for the solidarity economy, conceiving it as an alternative to capitalism. On the other hand, there is a forceful critique the idea of solidarity economy, interpreting their experiences as new business strategy under the capitalist system in its flexible accumulation phase. This article follows the trail of these discussions, seeking to clarify their content, their similarities, their differences and their controversies.

**Keywords:** Solidarity economy. Social organizations. Association. Cooperativism. Capitalism.

## Introdução

A economia solidária assumiu uma posição proeminente no discurso de políticos, acadêmicos e de lideranças de movimento sociais e de organizações da sociedade civil, gerando uma defesa romântica de seus pressupostos e advogando sua prática como alternativa às ofensivas do capitalismo e das ideias neoliberais. A importância do conceito é tão marcada no Brasil, que nessa primeira década do século XXI o governo federal chegou a criar uma secretaria com esta rubrica para implantar políticas de fomento às ações de economia solidária.

No entanto, o entendimento sobre o assunto não é uníssono e há vozes que fazem uma crítica, problematizando a visão romantizada que parece acompanhar alguns defensores da economia solidária. O conteúdo mais geral desta crítica aponta a economia solidária e, mais especificamente, suas formas terminais de manifestação – como, por exemplo, o cooperativismo – como estratégias de reprodução do capital num contexto de acumulação flexível.

O propósito deste texto está centrado na recuperação desses debates, apresentando suas principais ideias e demonstrando a existência de posições antagônicas. Nas duas próximas seções, explicitaremos os termos desta oposição, apresentando, primeiramente, os discursos em favor da economia solidária, para, em seguida, apresentar os conteúdos de sua crítica. Ao final do texto, a título de considerações finais, problematizamos as duas posições polarizadas.

## Os discursos em favor da economia solidária

Há uma vasta literatura (SINGER, 2002; SANTOS e RODRÍGUEZ, 2002; ARROYO e SCHUCH, 2006; COSTA, 2007; RIOS, 2007) que identifica as origens comuns dos sindicatos, associações e cooperativas de trabalhadores, localizando-as num conjunto de ideias e práticas que floresceram na Inglaterra e na França, a partir do final do século XVIII. Segundo esses autores, o surgimento das diferentes formas associativas dos trabalhadores consistiria numa estratégia de reação do movimento operário às condições de extrema exploração do trabalho engendradas pelo desenvolvimento do capitalismo industrial na Europa, sustentado nos preceitos do liberalismo clássico.

Segundo a literatura acima mencionada, situada na primeira década do século XXI, algumas dessas experiências foram acompanhadas/inspiradas por uma tradição de pensamento, convencionalmente designado como socialismo utópico, que preconizou um conjunto de ideias/propostas associativistas/cooperativistas que envolviam a supressão da propriedade privada dos meios de produção e da sobreacumulação financeira, e a redistribuição da riqueza (ARROYO e SCHUCH, 2006), constituindo-se, portanto, em um projeto político alternativo ao modo de produção capitalista (RIOS, 1987). Santos (2002), sustentando-se no argumento de Paul Hirst (refere-se à obra “*Associative Democracy*”, publicado em 1994), afirma que o pensamento associativista e a prática cooperativista podem ser considerados alternativas tanto ao individualismo liberal quanto ao socialismo centralizado:

Como teoria social, o associativismo é baseado em dois postulados: por um lado, a defesa de uma economia de mercado baseada nos princípios não capitalistas de cooperação e mutualidade e, por outro, a crítica ao Estado centralizado e a preferência por formas de organização política pluralistas e federalistas que deram um papel central à sociedade civil (SANTOS, 2002, p. 33).

Segundo Arroyo e Schuch (2006), o pensamento associativo apresentou momentos de refluxo, mas, também, experimentou momentos de retomada. Estes últimos decorreriam geralmente das crises sistêmicas enfrentadas pelo capitalismo, suscitando renovadas investidas em outros modos de operação da economia.

No contexto brasileiro, o debate sobre essas ideias adquiriu um grande impulso e expressividade a partir do final década de 1990, agrupado em torno da temática da economia solidária. Esta foi também a denominação atribuída às práticas empreendidas pelas formas organizacionais que se materializariam através do cooperativismo e do associativismo.

Há uma crença difundida por alguns autores, de que a expansão do cooperativismo popular, assentado nos princípios da economia solidária, consiste em uma alternativa da organização do trabalho às ofensivas das políticas neoliberais aprofundadas na América Latina, durante a década de 1990.

No que concerne à organização do trabalho o projeto cooperativo é revitalizado a partir das cooperativas populares, tentando novos vínculos nas relações de trabalho a partir da solidariedade e da democracia. O princípio da solidariedade pode ser colocado como

opção criativa para fazer frente ao paradigma neoliberal que convivemos hoje de forma compulsória nas sociedades ocidentais. Contrapondo-se à mercantilização do homem imposto pelo neoliberalismo, o mecanismo de ação recíproca entre cidadãos livres poderá constituir uma via para romper com a hegemonia neoliberal [...] (ROCHA, 2002, p. 4).

No entanto, existe um tenso e polêmico debate sobre o assunto, que pode ser ilustrado com o seguinte questionamento: os princípios da economia solidária e as práticas do associativismo/cooperativismo constituiriam alternativas ao modo de produção capitalista (apresentando-se como resposta atual ao neoliberalismo), ou tratariam de renovadas estratégias de acumulação capitalista, amparadas numa reengenharia jurídico-formal das relações de produção (e de trabalho)?

A posição de um dos principais ideólogos do pensamento sobre a economia solidária no Brasil é bastante contundente e polêmica, ao afirmar que se trata de outro modo de produção, distinto do capitalismo:

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica (SINGER, 2002, p. 10).

Singer (2002), numa obra que pretende apresentar uma introdução à economia solidária, defende enfaticamente a existência de duas lógicas distintas que presidem o funcionamento da cooperação da economia solidária em oposição à competição da economia capitalista. O referido autor afirma que se trata de uma alternativa superior ao capitalismo (numa perspectiva que nos parece evolucionista), preconizando sua potencialidade para responder “[...] à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar” (p. 114).

A principal distinção, apresentada por Singer (2002), consistiria no conflito de valores que norteiam o funcionamento de uma empresa capitalista (a competição) e de uma empresa solidária (a solidariedade). Os argumentos arrolados pelo autor estão centrados no modelo de gestão e de tomada de decisões sobre a repartição dos ganhos: (i) na empresa capitalista, aplica-se a heterogestão, hierarquizada por níveis sucessivos de autoridade, os empregados recebem salários desiguais fixados pelo mercado de

trabalho e a destinação do lucro é decidida por uma assembleia de acionistas controlada por um pequeno grupo majoritário; (ii) na empresa solidária, pratica-se a autogestão, democratizando, decidindo os sócios, coletivamente, as formas de retirada e a destinação das sobras.

Alguns autores têm adotado o conceito de economia popular solidária (MISSIO; ALVES; VIEIRA, 2007), com o propósito de enfatizar a natureza dos empreendimentos em função da condição dos agentes sociais envolvidos, uma vez que existem experiências de economia solidária que não são promovidas pelas classes populares. Nesse caso, tratar-se-ia de alternativas econômicas construídas por trabalhadores que não encontram “espaço” nos sistemas convencionais de geração e distribuição de renda/riqueza, construindo um circuito econômico distinto do mercantil-capitalista, como explicitado no seguinte fragmento:

O campo da EPS, baseado na pequena empresa comunitária, na agricultura familiar, no trabalho doméstico, autônomo, nas cooperativas de autogestão, aos poucos superaria o desafio do mercado e viabilizaria sua competitividade no mesmo, constituindo uma alternativa desde o interior das relações mercantis. Trata-se, portanto, segundo seus defensores, de um outro circuito econômico diferenciado do mercantil-capitalista e do estatal, no qual os pobres constroem suas próprias alternativas comunitárias de provisão material da sua existência através de relações de solidariedade (MISSIO; ALVES; VIEIRA, 2007, p. 13)

Para Gaiger (2003), essas experiências indicam uma solidariedade popular que expressa uma prática e um ideário que acompanham “[...] um número crescente de empreendimentos econômicos que são levados à frente por trabalhadores que tiveram sua forma de subsistência desestruturada pelo atual sistema neoliberal [...]” (p. 36). Essas manifestações ganham forma através de “[...] associações informais, cooperativas e pequenas empresas (p. 37)”.

O avanço dessas ideias e a intensificação e diversificação do repertório de políticas e práticas que evocam seus princípios, a partir do final da década de 1990, no Brasil, permitiram a Singer (2002) falar em reinvenção da economia solidária. Um conjunto de políticas, programas e ações do Estado, Universidades, sindicatos, igrejas e ONGs apontam a força atual dessa perspectiva.

Uma iniciativa nessa direção foi a criação da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), no ano de 1999, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), com o

propósito de estimular e fortalecer o cooperativismo. O fragmento abaixo, retirado das resoluções do VII Congresso Nacional da CUT, realizado em 2000, evoca os princípios da economia solidária, reforça a proposta de um cooperativismo popular e indica que o cooperativismo é uma estratégia acionada por vetores do sindicalismo brasileiro, entendido como alternativa à precarização do trabalho, acentuada pelas políticas neoliberais. Aqui reside uma contradição fundamental que retomaremos adiante: o cooperativismo consiste numa alternativa à precarização do trabalho ou seria uma estratégia acionada pelo capital para viabilizar o modelo de acumulação flexível, aprofundando o processo de precarização do trabalho?

**A ação sindical deve atuar na construção de um novo cooperativismo popular, como alternativa ao falso cooperativismo e à precarização do trabalho.** A criação da Agência de Desenvolvimento Solidário, pela CUT Nacional, em parceria com outros atores sociais, é um passo importante. Os objetivos dessa agência são a **geração de novas oportunidades de trabalho e renda em organizações de caráter solidário** e a contribuição à construção de alternativas de desenvolvimento social e sustentável; **o fomento aos valores da solidariedade na sociedade; democratizar** o acesso dos trabalhadores ao crédito; proporcionar a formação de agentes de desenvolvimento solidário; **apoiar a criação e a viabilização de empreendimentos solidários;** construir alternativas de comercialização; ampliar o acesso dos trabalhadores a informações sobre políticas públicas, legislação e mercado; e proporcionar assessoria técnica, jurídica e política às organizações solidárias. (Resoluções do VII Congresso Nacional da CUT, 2000, p. 35 apud JESUS, 2010, p.7, grifos nossos).

Segundo Ferreira (2000), a ADS vem difundindo conhecimentos sobre a economia solidária entre lideranças sindicais e militantes de entidades de fomento pela realização de cursos de pós-graduação em várias universidades, em parceria com a Fundação Universitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO). Esse investimento no cooperativismo encontrou um forte estímulo nas Universidades, através das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS), que, desde a década de 1990, vêm fomentando a criação de cooperativas em diversas regiões brasileiras.

Diversas organizações da sociedade civil têm aderido à ideia de economia solidária, incorporando-a em suas diretrizes, projetos e ações. O tema foi pauta do primeiro Fórum Social Mundial realizado em 2001, repercutindo na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e da Rede Brasileira de Socioeconômica Solidária,

envolvendo a participação de vários agentes sociais, a exemplo de “[...] empreendimentos solidários, incubadoras, entidades de assessoria e gestores públicos afinados com os princípios da economia solidária, que, ao mesmo tempo, conecta várias experiências de referência nacional” (ARROYO e SCHUCH, 2006, p. 37).

Um dado que nos permite mensurar a amplitude da aceitação desses princípios é sua incorporação à política governamental, pela criação, no ano de 2003, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no primeiro Governo Lula. O discurso governamental reproduzido apaixonadamente por consultores, lideranças de organizações sociais e movimentos sociais, pesquisadores e políticos apregoa que os princípios e as práticas de economia solidária proporcionariam a construção de outro modelo de desenvolvimento para o país. A concepção de economia solidária também é basilar na Política de Desenvolvimento Territorial Rural, implantada pelo MDA, reforçando a importância que ela adquiriu durante as administrações petistas no Governo Federal.

No governo Lula, a economia solidária ganhou uma expressão institucionalizada no primeiro escalão do Ministério do Trabalho, a Senaes (Secretaria Nacional de Economia Solidária), cujo titular é o renomado professor Paul Singer, reconhecido não apenas como pesquisador e intelectual, autor de respeitada obra econômica, mas sobretudo como militante da economia solidária de expressão internacional. Esta iniciativa do governo dá uma dimensão do espaço estratégico que a economia solidária poderá ocupar na construção do novo modelo de desenvolvimento do Brasil (ARROYO e SCHUCH, 2006, p. 37).

O cooperativismo foi aceito de forma bastante generalizada, sendo absorvido por movimentos sociais com forte protagonismo na dinâmica do campo brasileiro, cujo projeto político-ideológico advoga a necessidade de ruptura com o funcionamento do modo capitalista de produção. O MST tem promovido “a agricultura sob a forma de cooperativas autogestionárias, dando lugar a outra modalidade de economia solidária no Brasil. Para realizar isso criou em 1989 e 1990 o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA)” (FEREIRA, 2000 apud SINGER, 2002, p. 124), elaborando, inclusive, uma cartilha na qual apresenta as diretrizes políticas e técnicas para implantação de cooperativas nos assentamentos rurais.

## O conteúdo da crítica à economia solidária

No entanto, é fundamental recordar que as experiências associativas e cooperativas foram tentadas nos mais variados contextos histórico-geográficos, mas nem sempre as formas organizacionais levadas a efeito apresentaram uma estreita correspondência com o ideário dos socialistas utópicos ou mesmo promoveram mudanças substanciais nos modos de operar do sistema de acumulação capitalista. Algumas investidas, como no caso brasileiro, cumpriram uma tarefa contrária, servindo como instrumento governamental de modernização capitalista. Este é um viés interpretativo que problematiza a visão romantizada que parece acompanhar alguns defensores da economia solidária.

Rios (2007) e Bursztyn (2008 [1984]) consideram que o grande impulso à implantação de cooperativas no Brasil foi produto da intervenção do Estado, processo intensificado durante o governo de Getúlio Vargas como mecanismo de enfrentamento da crise mundial do capitalismo (a partir da Grande Depressão de 1929), desempenhando um papel fundamental na legitimação do Estado capitalista e na promoção de seu projeto modernizante. Para Rios (2007), o cooperativismo foi promovido pelas elites e exerceu o papel de controle social:

No Brasil o cooperativismo nasce como uma promoção das elites (econômicas e políticas) em uma economia predominantemente agro-exportadora. Não se trata, pois, de um movimento vindo de baixo, mais imposto de cima. Não é o caso, portanto, de um movimento social de conquista, mas de uma política de controle social e de intervenção estatal (RIOS, 2007, p. 27).

Segundo Bursztyn (2008 [1984]), o cooperativismo foi utilizado “[...] como instrumento de fomento à modernização capitalista da agricultura” (p. 78), funcionando “[...] como uma forma de reprodução do capital, como uma fórmula adotada para buscar a secularização do caráter capitalista do Estado” (p. 76-77). Para o autor, o cooperativismo se apresenta de forma ambígua no Brasil, pois adota “[...] princípios ‘socializantes’ empregados para implantar objetivos ‘capitalizantes’” (p. 76), buscando transformar agricultores em empresários. Outra característica marcante da política de incentivo ao cooperativismo no Brasil consistiria em sua função de mascaramento das contradições que se estabelecem nas relações sociais desiguais, pois tentou agrupar na



mesma cooperativa e na mesma condição de associado, “explorados e exploradores, grandes proprietários e pequenos produtores sem terra” (p. 78).

Bursztyn (2008 [1984]) problematiza também a natureza democratizante da autogestão, componente central nos argumentos de Singer (2002) sobre a qualidade distintiva e potencial da economia solidária:

[...] contrariamente à sua doutrina original – igualdade entre os associados, sistema democrático de participação e gestão etc. –, uma minoria pode apoderar-se legalmente do controle diretivo e administrativo de uma cooperativa, de forma quase perpétua: a legislação atual [refere-se à década de 1980] só exige a renovação de um terço dos diretores, a cada três anos (BURSZTYN, 2008, [1984], p. 81).

Essa possibilidade de apropriação da gestão da cooperativa acaba produzindo uma concentração de recursos (acionados nas relações de poder) nas mãos de um pequeno grupo, a quem Bursztyn (2008 [1984]) denomina de “cooperocratas”, que se tornam os “patrões” e passam a exercer um efetivo e forte controle da organização, como se fossem seus proprietários:

À medida que as cooperativas prosperam, a distância entre a maioria dos associados e os ‘patrões’ (os ‘cooperocratas’) aumenta. O poder interno das cooperativas se legitima, neste caso, pela dominação burocrática, agindo de forma autoritária [às vezes dissimulada como democracia] em relação ao conjunto dos associados e apoiando-se na função destes ‘patrões’ enquanto intermediários entre os favores do Estado [como também das chamadas organizações de apoio humanitário] e os ‘beneficiários’ teóricos. Assim sendo, o instrumento modernizador representado pelas cooperativas acaba por reviver o esquema arcaico do coronelismo, em que um grupo de mandatários encarna o papel de mediação Estado-povo, tirando, obviamente, proveito dessa prerrogativa (BURSZTYN, 2008, [1984], p. 86).

Rios (1979, p. 127-128) desenvolveu um estudo sobre as cooperativas agrícolas no Nordeste brasileiro, mostrando como as relações sociais de poder vigentes na sociedade nordestina se reproduziam internamente nas cooperativas, pois “o tipo de liderança mais comumente encontrado à frente das cooperativas pesquisadas era idêntico ao tipo de liderança dominante no nível municipal”. Nesta direção, ele identifica a existência do “dono da cooperativa”, ou seja, a figura “[...] que é identificada como se fora proprietária da sociedade cooperativa, única a definir a política da mesma, manter contatos com os bancos e órgãos de assistência técnica,

enfim, a clássica figura insubstituível” (RIOS, 2007, p. 53). Desse modo, verifica-se uma reprodução das relações sociais desiguais no âmbito da cooperativa, levando a uma situação polarizada no que se refere à condição dos associados: de um lado, “[...] um contingente reduzido de ‘patrões’ das cooperativas e [de outro] um grande número de ‘empregados’” (BURSZTYN, 2008, [1984], p. 81).

No que concerne ao conteúdo de modernização capitalista, Bursztyn (2008 [1984], p. 81) considera que as cooperativas têm assumido crescentemente uma configuração de empresa, sendo “orientadas para o lucro e dominadas em seu interior por um grupo administrativo”, reproduzindo, assim, comportamentos próprios do ambiente empresarial. O autor destaca, por exemplo, a vocação expansionista, tanto no sentido horizontal, com a busca intensiva por novos associados, quanto verticalmente, diversificando sua esfera de ação (acrescentaríamos, de seus negócios). Bursztyn (2008 [1984]) identifica também um movimento de criação de uma mentalidade capitalista, viabilizada pela legislação e por uma educação doutrinária cooperativista patrocinada pelo Estado. No fragmento a seguir, o autor sintetiza as características assumidas pelas cooperativas e as implicações de sua crescente inserção ao *modus operandi* do mercado capitalista:

1) um aumento da composição orgânica do capital; 2) uma tendência à especialização da produção de acordo com os imperativos do mercado; e 3) uma progressiva participação do sistema bancário no financiamento da produção. Estes três aspectos implicam, respectivamente, um aumento do consumo de insumos industrializados, uma queda na produção para o autoconsumo e um crescente endividamento. Tudo isso leva a uma situação em que as cooperativas estão cada vez mais ligadas (e subordinadas) a outros setores da economia (BURSZTYN, 2008, [1984], p. 91-92).

A crítica elaborada por Vainer (1999) se inicia no plano semântico, decretando que o termo economia solidária por si só constitui um oxímoro, pois é construído pela combinação de duas palavras que apresentam sentidos opostos e que se excluem mutuamente. Trata-se, portanto, de um paradoxo, uma vez que a solidariedade não é componente constituinte da natureza da economia (capitalista).

A interpretação de Vainer (1999) atinge aspectos fundamentais na composição dos argumentos dos defensores da economia solidária. O autor não considera a economia solidária como uma ameaça ao capitalismo, mas a entende como uma solução possível para o enfrentamento do problema do desemprego acentuado com o atual

estágio do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Nesta direção, o fenômeno da expansão das experiências cooperativistas, mesmo aquelas consideradas de natureza “popular solidária”, é interpretado como um ingrediente do mecanismo de terceirização que compõe as estratégias de reprodução do capital num contexto de acumulação flexível. Na descrição abaixo, é apresentado um exemplo ilustrativo desse processo, valendo-se da montagem de cooperativas de trabalho na indústria calçadista, com o incentivo governamental:

Nas fábricas gaúchas de calçados instaladas no Ceará, observou-se também, que predomina o modelo de cooperativas de trabalho como forma dominante das relações de trabalho. É interessante ressaltar que, neste caso, identificam-se algumas características comuns a essas cooperativas, tais como: a) o Estado do Ceará constrói galpões que são cedidos às cooperativas e patrocina o treinamento dos trabalhadores, através de órgãos como o SENAI e SINE; b) o controle da organização continua sendo feito pela empresa, através de funcionários supervisores; c) as máquinas são fornecidas pela empresa ou pelo Estado e, principalmente, d) o pagamento é feito por produção (MISSIO; ALVES; VIEIRA, 2007, p. 18-19).

Nesse sentido, o cooperativismo praticado como mecanismo de flexibilização da produção pode ser concebido como uma estratégia de reprodução do capital pela adoção de relações sociais de produção (de trabalho) não tipicamente capitalistas, mas perfeitamente inseridas no esquema de acumulação do capital.

No entanto, há práticas de cooperativismo popular, organizadas e gestadas por agricultores camponeses, que expressam estratégias de vida e sobrevivência. Em estudo que realizamos entre os anos de 2009 e 2013 (COELHO NETO, 2013), identificamos movimentos de organização de camponeses em cooperativas de produção no Território do Sisal, localizado no nordeste do estado da Bahia.

Um dos exemplos mais marcantes é a experiência de um grupo de mulheres artesãs, organizadas em uma cooperativa de produção. Em seu funcionamento, a Cooperativa Regional de Artesãs Fibras do Sertão (COOPERAFIS), articula uma rede de 103 mulheres artesãs/trabalhadoras rurais, distribuídas em 10 núcleos de produção dispostos espacialmente em três municípios sisaleiros (Araci, Valente e São Domingos). A operação, que envolve a produção e a comercialização dos produtos artesanais derivados do sisal, apresenta um nível de coordenação de atividades que demonstra um típico funcionamento de uma organização-rede, cujos fluxos de informações, saberes,

práticas e produtos, compõem uma malha que conecta os núcleos (nós) ao comando da sede. Esta atividade além de promover o aumento da renda familiar, viabiliza a emancipação social e econômica das mulheres e um posicionamento mais ativo na sociedade.

Outro exemplo levantado na pesquisa é a Cooperativa de Beneficiamento e Comercialização (COOBENCOL), considerada como uma cooperativa de serviços agrícolas, desenvolvendo atividades de compra de insumos e comercialização compartilhada entre seus cooperados. Em sua operação ela conforma uma rede microrregional de agricultores camponeses/produtores rurais que se organizam para criar oportunidades de comercialização de seus produtos, tendo sua sede localizada na cidade de Santaluz e seus filiados dispersos espacialmente nos povoados e assentamentos rurais nos municípios de Santaluz, Queimadas e Conceição do Coité (todos situados no Território do Sisal, estado da Bahia).

Esses exemplos empíricos tornam a reflexão teórica mais complexa e exige mais cuidado em relação às posições extremadas e exclusivistas. Advogamos uma leitura que não incorra na romantização exacerbada, mas, também, que não se torne refém crítica radical que nega veementemente outras possibilidades históricas de construções societárias menos desiguais e menos injustas.

### **Considerações finais**

O debate em torno da economia solidária e, precisamente, de sua forma mais contundente de manifestação, o cooperativismo, assumiu posições polarizadas que se situam geralmente nos extremos. De um lado, há uma defesa romântica e apaixonada que acredita nessa modalidade de ação como uma alternativa ao individualismo e à competitividade do capitalismo; por outro lado, há uma áspera crítica que nega toda e qualquer possibilidade de mudança no *modus operandi* do capitalismo, apregoando que a economia solidária se constitui numa nova estratégia de funcionamento do capitalismo em tempos de crise.

Defendemos uma posição cautelosa e menos generalizadora, que não nega em sua totalidade as variadas e múltiplas experiências de economia solidária. Reconhecemos, com os críticos, que algumas experiências de cooperativismo foram

incentivadas pelo Estado e podem ser consideradas estratégias da acumulação flexível de capital, mas não podemos homogeneizar as experiências, colocando todas as modalidades de cooperativismo no mesmo plano.

Não concebemos a economia solidária como uma alternativa ao capitalismo como afirmou Singer (2002), mas não podemos desconsiderar que essa forma organizacional (o cooperativismo) vem sendo acionada por agricultores camponeses como estratégia política e econômica de sobrevivência e reprodução social, pautada nos princípios da solidariedade, como demonstrou Coelho Neto (2013) ao tratar das solidariedades comunitárias no Espaço Sisaleiro da Bahia.

Rios (2007) argumenta que o cooperativismo pode estar ligado a ideologias conservadoras como também a ideologias renovadoras. O autor destaca também como na origem do cooperativismo ele esteve vinculado ao movimento operário. Portanto, precisamos analisar sistematicamente cada caso empírico para não incorrer no risco da generalização que obscurece a natureza dos fenômenos reais.

## Referências

ARROYO, J. C. T.; SCHUCH, F. C. **Economia popular e solidária**: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2006.

BURSZTYN, M. **O Poder dos donos**: planejamento e clientelismo no Nordeste. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008 [1984].

COELHO NETO, A. S. **A trama das redes socioterritoriais no espaço sisaleiro da Bahia**. 2013. 426 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências, UFF, Niterói, 2013.

COSTA, L. S. O cooperativismo: uma reflexão teórica. **Ciências Sociais em Perspectiva**, Cascavel, v. 6, n. 11, 2º sem. 2007.

GAIGER, L. I. **A economia Solidária frente a novos horizontes**. São Leopoldo: Unissinos, 2003.

JESUS, S. C. S. de. Cooperativismo e sindicalismo: o caso da Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT. In: **Anais do III Seminário Políticas Sociais e Cidadania**. Salvador: UCSAL, 2010.

MISSIO, F. J.; ALVES, F. F.; VIEIRA, R. Economia popular solidária e precarização das relações de trabalho. **Análise**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 2007.

- RIOS, G. S. L. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense: 2007.
- \_\_\_\_\_. **Cooperativas agrícolas no Nordeste brasileiro e mudança social**. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 1979.
- ROCHA, M. M. Associativismo e participação: alternativas populares para fazer frente ao modelo neoliberal. In: **Anais** do Tercer Congreso Internacional de Latinoamericanistas en Europa. Amsterdam, CEDLA, 2002. 8 p.
- SANTOS, B. de S.; RODRÍGUEZ, C. Para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, B. de S.; RODRÍGUEZ, C. (Orgs.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SANTOS, E. M. C. **Reorganização Espacial e Desenvolvimento da Região Sisaleira da Bahia**: O Papel da associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente. 2002. 92 f. Dissertação (Mestrado de Geografia) – Instituto de Geociências, UFBA, Salvador, 2002.
- SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2002.
- VAINER, C. O presente de um futuro possível. In: GUIMARÃES, G. (org.). **Sindicalismo e Cooperativismo: a economia solidária em debate**. São Paulo: Unitrabalho, 1999, p. 37-62.

Recebido em 23/02/2016.

Aceito para publicação em 15/01/2017.